



FICHA DE INVENTÁRIO

Classificação:

- **Imóvel de Interesse Público (IIP)** - Decreto n.º 43.073, DG n.º 162 de 14-07-1960;
- Na **Zona Especial de Proteção da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia”**, inscrito na Lista de Património Mundial no dia 22 de junho de 2013 (decisão 37COM8B.38 do Comité Património Mundial), publicitada através do Aviso n.º 14917/2013, DR, 2ª Série, de 5 de dezembro e nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (LBP) como conjunto de interesse nacional (MN) o Conjunto da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, publicitado através do anúncio n.º 175/2013, DR, 2ª Série, n.º 93 de 15 de maio.



Designação:

Casa da Nau

Localização:

Na esquina da Rua das Esteirinhas com a Rua Joaquim António de Aguiar.

Acesso:

Coimbra, Coimbra, União das Freguesias de Coimbra.

Proteção:

- **Decreto n.º 43073 de 14-7-1960 (IIP)**
- **“Universidade de Coimbra – Alta e Sofia”**, inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO no dia 22 de junho de 2013, e nos termos do previsto no n.º 7, do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, LBP, como imóvel de interesse nacional.

Enquadramento:

Situa-se no gaveto das Ruas Joaquim António de Aguiar e das Esteirinhas. Estas artérias são das mais antigas da cidade de Coimbra e estão ligadas à fundação e construção da Igreja de S. Cristóvão (hoje desaparecida), que lhes condicionou o traçado e o topónimo.

Esta igreja foi construída na 2ª metade de Séc. XII, manteve-se até meados do Século XIX com sede de freguesia de S. Cristóvão, altura em que entrou em ruína. À freguesia de S. Cristóvão se refere uma carta de doação, no ano de 1280, de umas casas *“in Almedina in collatione Sancti Christophori circa*



mourariä”.

A rua das Esteirinhas, actualmente, ramifica-se para nordeste com o Beco de S. Cristóvão e para Sul com a Travessa da Amoreira, aquele sem saída e esta ligando com a Couraça de Lisboa. Tem o seu término nos Palácios Confusos.

Descrição Artística:

A designação que tem deve-se ao seu aspecto: vista do topo assemelha-se a uma nau.

A sua estrutura é ainda medieval, acomodando-se ao traçado das ruas, muito embora apresente já alguns pormenores da construção civil do primeiro Renascimento. Em altura tem três pisos, sendo o primeiro e segundo andares enquadrados horizontalmente entre dois cordões de perfil de cornija. O último piso é coroado por um sub-beiral com medalhões salientes que suportam a cornija, da qual saem gárgulas do tipo bombardada.

Na fachada que dá para a Rua Joaquim António de Aguiar, o segundo piso tem duas filas de janelas e vê-se ainda o que resta das antigas varandas das três colunas.

Atualmente só existe a coluna intermédia dividindo a janela.

As janelas são muito irregulares, desde as simplesmente chanfradas às de avental renascentista. Parte delas tiveram balaustres dos quais já quase não há vestígios.

Na fachada principal, o da Rua das Esteirinhas, existe no último piso uma varanda triangular, com pilar médio a sustentar a cobertura, rematada por um friso.

A vinda definitiva da Universidade e a conseqüente instalação dos colégios universitários constitui, não um corte na malha urbana, mas um momento fundamental de crescimento da cidade ao longo de todo o Século XVI e XVII, da qual esta casa é um exemplo a ser tomado em conta. Assim justificado nas palavras de António Nogueira Gonçalves [INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE COIMBRA] *“Quem percorrer as ruas da cidade, com certa atenção notará que o fundo construtivo corresponde a um tipo de casas que apresenta, como característica própria, as janelas de avental rectangular. Correspondem à segunda metade do Século XVI, a todo o século XVII e ainda aos começos de todo o Século XVIII, isto é, ao período principal de construção dos colégios universitários; a mesma febre da obra colegial deu-se sob uma forma renovadora, nas habitações particulares”*. – Em conseqüência desta febre construtiva as ruas foram alinhadas e alargadas e as casas particulares reedificadas.

Descrição Histórica:

O fenómeno das Repúblicas remonta à origem da Universidade, no sentido de que havia necessidade de alojar os estudantes que, reunindo-se em grupos, arrendavam casas com o intuito de resolver a questão da habitação.

Já nessa altura surgiam problemas com a degradação dos imóveis na Alta



Coimbrã, bem como problemas com os senhorios, não só por colisão dos princípios morais mas também pela fama de maus tratos às habitações.

Ao longo dos séculos vamos encontrar documentos (como a Magna Carta de D. Dinis – 1309) em que os reis coagem os senhorios a arrendar as casas aos estudantes ou mesmo oferecem casas para esse efeito.

Nos alvares da fundação da Universidade, defendendo a filosofia de que os escolares, tanto professores como alunos, não deveriam ter outras preocupações que não as de estudo e reflexão (razões da sua vinda para a Universidade), D. Dinis fomentou o protecionismo real no que tocava ao alojamento, alimentação e bem-estar geral dos escolares, como se comprova na anteriormente referida *Charta Magna Privilegiorum*, naqueles que são considerados os primeiros estatutos da Universidade.

Com a retoma dos estudos universitários a Coimbra no século XVI, depois dos anos de implantação em Lisboa, através de vários alvarás régios, D. João III mantém a política de apoio aos escolares, mandando providenciar mais moradas do tipo comunitário. De igual modo, a revolução urbanística que foi a criação dos Colégios Universitários ao longo da recém criada Rua da Sofia, procurou contribuir para a manutenção dessas questões, para além do incremento da vida em comunidade.

Quando, em 1834, Joaquim António de Aguiar decreta a extinção das congregações, mosteiros, hospícios, casas de religiosos e colégios de todas as ordens religiosas, dá-se um rude golpe no alojamento académico, sem que seja pensada a criação de alternativas.

Associando o espírito académico aos ventos do Liberalismo, começaram a desenvolver-se várias “repúblicas”, onde, com uma certa liberdade de estatutos, os estudantes habitavam em comunidade.

A palavra República surge pela primeira vez no Século XIX após a revolução liberal, em que os estudantes mais uma vez representavam as ideias novas, a irreverência e a oposição, defendendo a República como sistema ideal que antecipavam nas suas próprias casas, com ritos e práticas democráticas.

Só que nessas ideias haveriam de ser contidos pelo regime monárquico, que levaria ao paradoxo da designação “Real República”.

Existem testemunhos que permitem concluir que o esquema de vida se identificava com a actual: vivência comunitária em autogestão, com rituais e usos muito próprios.

Em 1948 existiam seis Repúblicas reconhecidas pela Praxe Académica, havendo no entanto outras casas comunitárias. É nessa altura que surge o Conselho das Repúblicas (C. R.), assembleia em que todas as repúblicas estão representadas, discutindo e aprovando assuntos de vital importância para o relacionamento entre as Repúblicas e a Academia. Passa então a ser da competência do C. R. o reconhecimento das novas repúblicas.

É neste contexto que Coimbra, conta a partir do dia 27 de Janeiro de 1951 com mais uma república, a Real República Pré-Kis-Tão, onde já havia existido a República Transatlântica, anterior a 1908.

Porquê Pré-Kis-Tão? Aproveitando a realidade histórico-concreta da época:



guerra civil no Paquistão e o isolamento geográfico em relação às outras repúblicas, com excepção dos Kágados, os fundadores baptizam a casa, fazendo um jogo de palavras entre Paquistão e “os que aqui estão”, que veio a dar Prá-Kis-Tão.

Os nomes que tomaram a responsabilidade de fundar esta república foram, respetivamente: Dr. José Pereira Vaz (Prá-Mor); Dr. Felizardo Wiseman (Vice-Prá-Mor); Dr. Aquilino Gil Miranda (Prá-Mina); Dr. Pires dos Santos (Prá-Borra); Dr. José Manuel Nogueira (Prá-Noz); Dr. Rui Pinho e Melo (Prá-Pinho); Dr. Rui de Lemos (Prá-Volta); Dr. Valdemar Magalhães e Silva (Prá-Vá); Dr. Marques Vidal (Prá-Feta); Alfredo Gomes da Costa (Kys-Costela) e Afonso de Jesus Caveiro (Kys-Osso).

Nesta república todos os elementos têm um cargo distribuído. No início da sua fundação, para além do cargo, tinham um apelido (anteriormente referidos, entre parêntesis).

As razões apontadas para a sua fundação foram à época: a resolução de problemas económicos em autogestão, uma melhor camaradagem académica e a manutenção da Praxe Tradicional.

Esta república mantém as características no que respeita à autogestão, à vivência comunitária e a uma relação de camaradagem entre os “Prás” e as demais repúblicas, tendo sido abolida a Praxe tradicional em sequência das crises académicas dos anos sessenta. Durante estas crises esta República teve um papel de relevada importância, pela participação ativa dos seus elementos, a título individual e em movimentos conjuntos com as demais repúblicas.

É de realçar o grande papel dinamizador do C. R. nas Crises Académicas e das repúblicas individualmente. Não podemos esquecer que durante as crises os elementos mais dinâmicos pertenciam a repúblicas. Em 1964, o Presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC) era um elemento desta Real República, o Dr. Romero Magalhães. Mais tarde o primeiro presidente eleito para a AAC era Alberto Martins, um repúblico.

No pós 25 de Abril de 1974, tal como aconteceu com a maioria da Republicas, deixaram de se comemorar os centenários, tradição que entretanto foi reativada. Todavia, há que salientar que durante esse período revolucionário mantiveram os seus murais e os aspetos mais relevantes das repúblicas.

Do constante debate de ideias que caracterizam uma República, foram surgindo posições bem demarcadas e definidas em relação às sucessivas conjunturas politico-culturais que se foram vivendo em Portugal desde a fundação desta república até aos nossos dias.

Foi assim que nos anos cinquenta esta casa ficou muito famosa em Coimbra, pelos seus jantares-convívios com individualidades de grande projecção no panorama cultural nacional e estrangeiro. Isto acontecia devido a iniciativas conjuntas desta casa com o Teatro Sousa Bastos, seu vizinho, e podemos destacar entre muitas as presenças de Marcel Marceau, Carmen Sevilha, Jorge de Sena, Erico Veríssimo e Augusto Abelaira.

Dos repúblicos que “Prá-Kis-Tiveram”, também alguns deles se



destacaram na sociedade portuguesa, quer nos domínios da política (Romero Magalhães e Pires dos Santos, ex-Presidente da Câmara Municipal da Mealhada), da justiça (Marques Vidal como procurador Federal da República e foi também Director Geral da Polícia Judiciária), da cultura (Hélder Costa, encenador da companhia de teatro A Barraca) e o grande poeta precocemente falecido Vítor de Matos.

Utilização Inicial:

Casa de habitação.

Utilização Atual:

Casa de habitação
República.

Época de Construção:

2ª Metade do Século XV / Inícios do Século XVI (primeiro renascimento)

Arquitecto/Construtor/Autor:

Cronologia:

01.04.1290→Data tradicional da fundação da Universidade pela mão do rei D. Dinis.

1309→ Data da assinatura da Magna Carta (D. Dinis), em que os reis coagem os senhorios a arrendar as casas aos estudantes ou mesmo oferecem casas para o efeito.

1537→Instalação definitiva da Universidade na zona da Alta (D. João III). Esta medida permitiu travar o abandono desta zona da cidade, transformando-a em lugar de referência para a elite nacional.

Século XVI (década de 30)→Sofreu uma grande reforma, que lhe deu a fâcies actual.

Século XIX→Desde esta data que tem vindo a ser ocupada por várias repúblicas.

1933→Fernando Correia, em “Vida Errada” instalou no Palácio da Nau a República Transatlântica, sua criação romanesca.

1948→Existiam seis repúblicas reconhecidas pela Praxe Académica, existindo no entanto espalhadas pela cidade outras casas comunitárias.

É fundado o Conselho das Repúblicas.

27.01.1951→Criação da República Pré-Kis-Tão.

Tipologia:

República



Características Particulares:

A palavra “República” surge pela primeira vez no século XIX, após a Revolução Liberal, em que os estudantes, mais uma vez, representavam as ideias novas, a irreverência e a oposição, defendendo a República como um sistema ideal que antecipavam as suas próprias casas, com ritos e práticas democráticas. Esses ideais, perigosos e ameaçadores para a monarquia vigente, haveriam de ser contidos pelo regime, que levaria ao paradoxo de “Real-República”.

O *modus vivendi* das repúblicas não se alterou muito ao longo dos séculos: uma vivência comunitária em autogestão, com rituais e usos próprios.

Hoje, como em várias décadas, as repúblicas de Coimbra constituem espaços ímpares em Portugal, e até no contexto internacional, nas suas vertentes sociológicas, cultural, académica e humanitária.

Uma “república estudantil” é assim o conjunto de estudantes que vivem em comunidade doméstica, em regra composta por um número variável, entre 8 e 12 elementos.

Pelo Código da Praxe Académica de Coimbra, as Reais-Repúblicas podiam ser não oficializadas, as que não estavam autorizadas a usar o nome de república, e oficializadas as que tinham existência reconhecida pela praxe.

A república oficializada tinha de estar instalada em casa cuja administração pertencesse exclusivamente aos repúblicos; tinha de ter cozinha própria; tinha de ter nome e emblema aprovados pelo Conselho das Repúblicas; tinha de ter uma placa em maiúsculas, pintada a negro, com o emblema da república na fachada do edifício onde estivesse instalada; tinha de ter uma bandeira com o nome e o emblema da república; devia ter sido inaugurada com a presença de todos os repúblicos e um representante de todas as outras repúblicas oficializadas então existentes e devia ter um presidente (Código da Praxe Académica de Coimbra, artigos 185º a 187º).

Desde 1985, as “Repúblicas” têm personalidade jurídica.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Álvaro Duarte de e BELO, Duarte (2007), Portugal Património: Guia - Inventário, Vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores.
- BORGES, Nelson Correia (1987), Coimbra e Região, Lisboa, Ed. Presença.
- CORREIA, V. e GONÇALVES, A.N. (1947), Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra, Lisboa, Academia de Belas Artes.
- CORREIA, A. (1945), Toponímia Coimbrã”, Vol. I e II, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal.
- DIAS, P. (1988), Coimbra Arte e História, 2ª. Ed. Coimbra, Instituto de História de Arte – F.L.U.C.
- LOUREIRO, J.P. (1964), Toponímia de Coimbra, Vol. I e II, Coimbra, Câmara Municipal.
- LAMY, Alberto Sousa (1990), A Academia de Coimbra 1537-1990, Lisboa, Rei dos Livros.
- SILVA, M. A. e MADEIRA, S. (2009), Repúblicas Universitárias de



Coimbra, Gabinete de Arqueologia, Arte e História, Câmara Municipal de Coimbra.

Responsável da Presente Ficha:

- **Autor** → M^a Antónia Silva
- **Profissão** → Técnica Superior de História da Arte.
- **Local de Trabalho** → Gabinete para o Centro Histórico da C.M.C.
- **Data do Levantamento** → 2005

- **Atualização** → Janeiro de 2008
- **Técnica Responsável** → Luisa Maria Silva (Historiadora de Arte)

- **Atualização** → Maio de 2015
- **Técnica Responsável** → Luisa Maria Silva (Historiadora de Arte)

- **Atualização** → Janeiro de 2017
- **Técnica Responsável** → Luisa Maria Silva (Historiadora de Arte) “